

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
POLÍTICA

Pacificação por governabilidade 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Candidatos gastam milhões com cabos eleitorais; salários chegam a R\$ 80 mil 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação, ativos intangíveis e OCDE - OPINIÃO JURÍDICA 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo cria confusão com emendas e irrita Congresso às vésperas da eleição 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA, BRASIL?
SEGURIDADE SOCIAL

Para Temer, simplificação é o caminho para as mudanças tributárias 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Consignado do Auxílio Brasil não sairá até o primeiro turno 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O desafio das reformas 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplificação tributária alavancará economia 13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI defende reforma tributária em que um só imposto substitua vários 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Construção da humanidade pacífica, igualitária e altruísta (Artigo) 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Justiça decreta falência da Itapemirim 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC mantém taxa Selic em 13,75% e interrompe o mais longo ciclo de alta dos juros 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto de loterias para saúde e turismo vira lei 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gripe em SP acende alerta e faz crescer procura por hospitais 22

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sistema Único de Saúde. Será que falta um "S"? (Artigo) 24

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump é processado em Nova York por fraudar bancos, seguradoras e sonegar imposto 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reformas são prioridade para crescimento com justiça social 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economistas destacam tom duro do Copom 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil segue com o maior juro real entre 40 economias 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

33 milhões com fome é mentira, diz Guedes 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Pobreza no Brasil pode ser agravada por crise climática 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Raio-x da Covid mostra que país foi muito mal em evitar mortes 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Discussão sobre queda de juros é prematura' 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Entenda os números que medem a falta de comida nos lares do país 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Frente ampla" antevê um Lula mais liberal - CRISTIANO ROMERO 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pelo 30º mês, trabalhador fica sem ganho real de salário 40

Pacificação por governabilidade

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220922/page/30>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220922/page/30>

Candidatos gastam milhões com cabos eleitorais; salários chegam a R\$ 80 mil



VINÍCIUS VALFRÉ

Sem controle e sem transparência, partidos políticos gastam recursos do fundo eleitoral, principal mecanismo de financiamento das campanhas, que é abastecido por dinheiro público. As despesas bancadas com a verba incluem pagamentos de até R\$ 80 mil a cabos eleitorais e contratos milionários com empresas de paisagismo, transporte escolar e festas, sob o pretexto de locar mão de obra para colagem de adesivos, distribuição de panfletos e agitação de bandeiras de candidatos nas ruas.

Apoiada pela primeira-dama Michelle Bolsonaro na disputa ao Senado, a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves (Republicanos) contratou o servidor aposentado Herbert Felix, por R\$ 44 mil, como "coordenador de campanha" no Distrito Federal. O período de trabalho acertado foi de 45 dias. Ao todo, Damares gastou R\$ 535,5 mil com cabos eleitorais.

Na Bahia, o candidato a deputado federal Eric Pereira (Podemos) recrutou Alane Ramos para ser sua "coordenadora de campanha", por R\$ 80 mil. Até o ano passado, ela era beneficiária do auxílio emergencial de R\$ 600, pago pelo governo a quem ficou sem renda na pandemia de covid-19.

Ao Estadão, Alane não soube dizer qual função exerce. O candidato também não explicou.

Disse apenas que o pagamento "não é ilegal".

A deputada federal Margarete Coelho (PP-PI), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contratou por R\$ 880 mil empresa de paisagismo para fornecer à sua campanha de reeleição "serviço de

militância de rua". A dona da firma, Francisca Ermita Macedo, disse, porém, que trabalha "de graça" para a candidata e correligionários. A administradora da campanha de Margarete, Juçara Castro, negou que não houvesse pagamento.

MERCADO. Os valores pagos com dinheiro público estão acima da média do mercado. Um deputado e um senador ganham, cada um, R\$ 33,7 mil por mês. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que os valores pagos a cabos eleitorais de rua costumam variar de R\$ 600 a R\$ 2,5 mil. Coordenadores de campanha ganham R\$ 5,6 mil, em média.

O TSE define como cabo eleitoral "indivíduo encarregado de obter votos para certo partido ou candidato", e não apenas aquele que acena bandeiras e distribuiu santinhos.

Até agora, os gastos gerais com cabos eleitorais e demais colaboradores consumiram R\$ 151,6 milhões. A maior parte do valor é coberta pelos R\$ 5 bilhões do fundo eleitoral, o "fundão".

O Estadão desconsiderou despesas com advogados, contadores e marqueteiros.

PRODUÇÃO. Em Alagoas, o candidato a deputado federal Alfredo Gaspar (União) contratou por R\$ 280 mil uma microempresa para "atividades de mobilização de rua".

Pollyanne Barros é registrada na **Receita Federal** como empreendedora individual de "organização de feiras, congressos, exposições e festas". Ela também recebeu do candidato outros R\$ 97,9 mil pela "produção e organização de evento".

Questionada sobre como realiza o trabalho e se subcontrata outros cabos eleitorais, Pollyanne recomendou que a reportagem procurasse a assessoria da campanha. A equipe do candidato disse ter contratado "empresa especializada", sem mais esclarecimentos.

O TSE contabiliza pouco mais de 110 mil cabos eleitorais no País. O número, porém, é subestimado porque não há detalhamento sobre subcontratações.

A dez dias das eleições, ao menos 160 candidatos gastaram R\$ 10,9 milhões com empresas que subcontratam cabos eleitorais. Ao não registrar publicamente os nomes dos contratados, não é possível saber quem são eles nem se há comissionados ou parentes na lista.

CONTAS. Candidato à reeleição ao governo do Rio, Cláudio Castro recebeu do PL, seu partido, R\$ 12,5 milhões para a campanha. Do total proveniente do fundo, ele usou R\$ 5,7 milhões para que uma empresa de Duque de Caxias fornecesse 36 mil cabos eleitorais. A prestação de contas de Castro indica que a Cinqloc Empreendimentos Ltda. vai pagar R\$ 144 de diária por militante. O governador já repassou R\$ 1,1 milhão para a empresa.

Em nota, a campanha de Castro informou que "prestará contas de todos os gastos" à Justiça Eleitoral. O Estadão não localizou Lucia Helena Siqueira Lopes de Jesus, sócia da Cinqloc.

A empresa de pequeno porte, registrada em endereço residencial, foi aberta em 2014. Em junho deste ano, ganhou um pregão de R\$ 17 milhões da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), ligada à prefeitura da capital, para agenciar "serviços de gestão para apoio às atividades de operação de tráfego", na zona norte.

No Ceará, o candidato a deputado federal Vaidon Oliveira (União) contratou uma empresa de transporte escolar a fim de recrutar mil cabos eleitorais.

Para pagá-la, usará quase metade dos R\$ 2,6 milhões que recebeu do fundo. A Olivier Serviços e Locações vai ganhar R\$ 1,05 milhão para fornecer funcionários. Segundo a Receita, ela é especializada em atividades de teleatendimento, construção de edifícios e coleta de resíduos perigosos. A Olivier já recebeu R\$ 525 mil.

O candidato disse que a empresa foi recomendada pela equipe de contabilidade porque a taxa de administração era mais baixa. "É uma empresa de serviços. Se é serviços, presta qualquer tipo de serviços. Foi o que meu jurídico viu e me passou", afirmou Oliveira.

TRANSPARÊNCIA. As prestações de contas não permitem controle sobre quais são as atividades desempenhadas ou a carga horária aplicada a cada pessoa paga com dinheiro público nas campanhas. Além disso, cada candidato fica à vontade para lançar os valores.

As contratações da campanha de Damares, por exemplo, vão de pagamentos de R\$ 990 a R\$ 44 mil. Vendedora de produtos de beleza da marca Jequiti,

Zildete Dantas foi uma das contratadas por Damares, por R\$ 2,5 mil. "Recebi só um pouco.

Tem de fechar o mês para saber o resto", disse Zildete, ao argumentar que o pagamento não foi feito de uma vez.

O convite, segundo ela, veio por meio de um amigo que prestava serviços para o Ministério da Mulher quando a candidata chefiava a pasta. Zildete levou o filho para trabalhar na campanha. Ele foi contratado por R\$ 1,7 mil.

A aposentada Cleuza da Silva foi chamada pela campanha de Damares, por R\$ 2,5 mil, e ganhou a função de "coordenadora de equipe" em Brasília.

"Já era minha candidata mesmo", afirmou Cleuza.

Procurada, a assessoria da campanha de Damares não respondeu à reportagem.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributação, ativos intangíveis e OCDE - OPINIÃO JURÍDICA

*Armando Bellini Scarpelli é advogado da área tributária
do CQSFV Advogados, pós-graduado em Direito
Tributário pela PUC-SP*

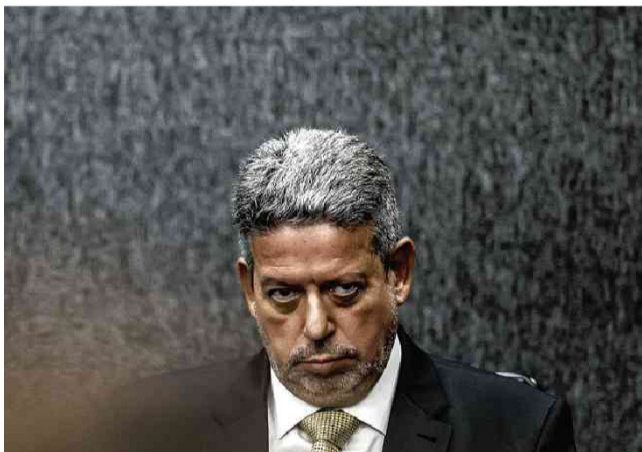
Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187336](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187336](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336)

Governo cria confusão com emendas e irrita Congresso às vésperas da eleição



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) Gabriela Biló - 30.ago.22/Folhapress

Idiana Tomazelli Thiago Resende

O novo bloqueio no Orçamento de 2022 vai atingir emendas parlamentares que foram liberadas há apenas duas semanas, o que irritou integrantes do Congresso Nacional e criou confusão entre aliados do governo Jair Bolsonaro (PL) -que vinham sendo beneficiados pela medida às vésperas da eleição.

O bloqueio atrapalha os planos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, que queriam acelerar a execução das chamadas emendas de relator diante do risco de revés em julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a legalidade do instrumento.

As emendas de relator são usadas como moeda de troca nas negociações políticas com o Congresso e costumam privilegiar aliados do Palácio do Planalto.

Neste ano, há uma reserva de R\$ 16,5 bilhões para essas emendas, valor maior que o disponível para muitos ministérios. Mas, até o início de setembro, uma fatia de R\$ 7,6 bilhões estava bloqueada para assegurar o cumprimento do teto de gastos -regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Em 6 de setembro, Bolsonaro editou um decreto para antecipar a liberação de R\$ 3,5 bilhões em emendas de relator e outros R\$ 2,1 bilhões para ministérios, na expectativa de que o relatório bimestral de avaliação do Orçamento apontasse na sequência a viabilidade desse alívio.

Mas não é o que o relatório deve mostrar. Técnicos do governo identificaram um crescimento inesperado de despesas com benefícios previdenciários, o que reduziu o espaço orçamentário.

A dificuldade ocorre principalmente porque a despesa com Previdência subiu R\$ 5,6 bilhões, graças à redução da fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que estava próxima de 1,7 milhão de pedidos em espera em abril e caiu a 1,1 milhão em agosto. Os gastos com BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, também aumentaram.

Se por um lado a redução da fila é um alívio para os segurados, que só recebem os valores após a análise do requerimento de benefício pelo órgão, também significa uma fatura adicional para o governo -o que retira espaço do teto de gastos. Até agora, a fila elevada acabava cumprindo um papel de contenção de despesas.

Por isso, o governo precisará recuar da liberação e bloquear novamente cerca de R\$ 2,7 bilhões em recursos, segundo as estimativas desta quarta-feira (21) e que ainda estão em discussão entre os técnicos. O anúncio oficial será feito nesta quinta-feira (22).

Parte do valor a ser travado mais uma vez virá das emendas, segundo fontes do governo. Membros do Congresso que atuam na negociação das verbas de relator já foram avisados pelo Ministério da Economia nesta quarta sobre a mudança nos planos.

O Congresso tinha a expectativa de que mais emendas fossem desbloqueadas até o fim de setembro -abrindo caminho para a retomada das tratativas dos recursos que foram guardados para negociações políticas após a eleição.

Hoje, as emendas cuja execução está suspensa somam R\$ 4,1 bilhões, mas o valor vai subir com o novo bloqueio.

O valor é similar ao montante de R\$ 4,5 bilhões que ainda está nas mãos de Lira para ser negociado com congressistas a partir de outubro -mas cuja liberação vai depender de espaço extra no Orçamento nos próximos meses.

O bloqueio das emendas nem foi oficializado e já gerou incômodo entre aliados do presidente da Câmara. Deputados da base do presidente Bolsonaro reclamam que foram para a campanha eleitoral sem terem sido beneficiados por emendas de 2022.

Em julho, quando o bloqueio das emendas chegou ao seu patamar mais elevado (R\$ 7,6 bilhões), Lira reclamou com o Planalto, mas depois o clima foi apaziguado. Como mostrou a Folha, a cúpula do Congresso recebeu, na época, a sinalização do Executivo de que as emendas parlamentares seriam liberadas após as eleições.

Lira havia avisado a líderes partidários e a integrantes dos principais partidos alinhados a Bolsonaro, como PP, PL e Republicanos, que as emendas estariam garantidas até o fim do ano. Mas, por dificuldades orçamentárias, o governo dá neste momento um sinal contrário em relação ao cumprimento desse acordo.

A manobra mal sucedida de Bolsonaro para acelerar as emendas teve como pano de fundo uma preocupação de Lira e Ciro Nogueira com uma eventual decisão desfavorável no STF e a pressão de congressistas aliados para serem beneficiados por emendas na campanha eleitoral.

A presidente da Corte, ministra Rosa Weber, pretende, após as eleições, levar ao plenário as ações que questionam a constitucionalidade das emendas de relator -dada sua falta de transparência e equidade na distribuição dos recursos.

Técnicos do governo reconhecem haver essa preocupação, mas afirmam que, com o novo corte, não há mais possibilidade de acelerar a execução dessas emendas, como queria a ala política.

Ao serem avisados sobre o novo bloqueio nesta semana, integrantes do Congresso chegaram a acionar ministérios contemplados por suas indicações para, em uma última cartada, empenhar o máximo possível dos valores até o fim desta quarta. O empenho representa a primeira etapa do gasto, quando é feita a reserva do dinheiro para bancar a contratação de máquinas ou execução de serviços, como obras.

Nas duas semanas em que parte das emendas ficou desbloqueada, o governo conseguiu empenhar R\$ 443,9 milhões até segunda (19). O principal beneficiado foi o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

O ritmo lento das pastas tem sido criticado por membros do Congresso, embora a execução tenha

tido picos de mais de R\$ 100 milhões por dia após o último decreto de Bolsonaro.

A justificativa dada por técnicos do governo para a lentidão dos empenhos é que o processo burocrático emperra a execução rápida da emenda. Em alguns casos, por exemplo, a Caixa precisa aprovar os projetos.

Por causa da campanha eleitoral, Lira e outros deputados estão nos estados em busca da reeleição ou na tentativa de emplacar aliados políticos em cadeiras do Congresso.

A previsão é que, a partir de outubro, a cúpula da Câmara volte a negociar as emendas de relator, tendo em vista a nova composição do Legislativo. Trata-se de uma estratégia de Lira para tentar permanecer no comando da Casa em 2023 e 2024.

VAIVÉM NAS EMENDAS

30 de março Após reavaliação do Orçamento em 22 de março, governo efetiva bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas emendas de relator, usadas como moeda de troca nas negociações com o Congresso Nacional

29 de julho Necessidade de cortes no Orçamento cresce, e governo efetua novo bloqueio sobre as emendas; valor travado chega a R\$ 7,6 bi

29 de agosto Em relação às reclamações da cúpula do Congresso sobre as emendas, Bolsonaro edita duas MPs (Medidas Provisórias) cortando gastos de ciência e tecnologia e adiando para 2023 repasses aprovados pelo Congresso para o setor cultural (lei Aldir Blanc), conseguindo um alívio de R\$ 5,6 bilhões em 2022; em condições normais, valor só seria incorporado no tradicional relatório bimestral de receitas e despesas que seria divulgado pelo Ministério da Economia em 22 de setembro (que traria um diagnóstico completo sobre a necessidade de gastos para o resto do ano) para, então, permitir destravamento em outras áreas (e em emendas)

6 de setembro Na noite da véspera do feriado, Bolsonaro edita um decreto autorizando a incorporação do alívio proporcionado pelas duas MPs antes mesmo do relatório bimestral de receitas e despesas, ignorando assim quaisquer outras variações de gastos que pudessem existir; são liberados R\$ 3,5 bilhões para as emendas de relator (restando R\$ 4,1 bilhões bloqueados)

Semana de 19 de setembro Ao formular o relatório de receitas e despesas, governo identifica aumento expressivo nos gastos com Previdência devido à redução da fila de espera por benefícios e se vê

forçado a recuar da liberação das emendas; valor do novo bloqueio é estimado em cerca de R\$ 2,7 bilhões, e parte disso deve atingir os recursos indicados por parlamentares

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

42

Para Temer, simplificação é o caminho para as mudanças tributárias

João Sorima Neto e Rafael Vazquez "Globo" e Valor, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Consignado do Auxílio Brasil não sairá até o primeiro turno

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

O desafio das reformas

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220922/page/30>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220922/page/30>

Simplificação tributária alavancará economia

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Simplificação tributária alavancará economia

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

CNI defende reforma tributária em que um só imposto substitua vários

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=6§ion=2

Construção da humanidade pacífica, igualitária e altruísta (Artigo)

DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR - Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (GPEC) ? Email: dicamposjr@gmail.com

O significado da palavra humanidade deve ser entendido com base nos conceitos que geraram sua criação. De fato, em conformidade com os pensamentos do sábio historiador Cícero, da era romana, humanitas refere-se à comunidade formada por seres humanos cuja energia mental cultiva o nobre valor do altruísmo, a ser visto como sabedoria da alma da espécie Homo sapiens. Não se pode, pois, falar em progresso da humanidade se esse princípio não for respeitado.

A humanidade verdadeira vem sendo estruturada vagarosamente. É a maneira de construir, com coerência, a histórica sociedade da espécie humana. De fato, o humanismo é inspirado na prática de princípios morais e éticos, sem os quais prevalece o animalismo que inviabiliza o Homo sapiens. São normas comportamentais criadas pela espécie humana ao longo de toda a sua existência no planeta.

Assim, o desafio que a humanidade enfrenta, para compor uma sociedade justa, igualitária e acolhedora, é inspirar todas as suas ações nos valores morais e éticos por ela concebidos e propagados. Um dos exemplos que comprovam o atraso da espécie humana diante dos avanços científicos produzidos é a cultura bélica que tomou conta, de forma cada vez mais sanguinária, da vida dos habitantes do planeta Terra. Na verdade, a guerra mantém-se como modalidade do poder de alguns países, cujos governantes ignoram os valores morais e éticos para priorizarem o investimento governamental nas diversas armas bélicas, inclusive naquelas que são nucleares.

Com o uso de tais equipamentos, podem impor seus objetivos guerreiros e invasivos, que consideram perfeitos, às populações de outros países cujos governantes não são desumanos. É o que está a ocorrer atualmente na Ucrânia, que, há seis meses, vem sendo agredida pelo governo russo por meio de bombardeios avassaladores e constantes; fuzilamentos diários de ucranianos; e ocupação de regiões daquele país.

Já está também comprovado que os governantes com formação bélica, como o da Rússia, menosprezam o valor do diálogo com representantes dos países que são alvo de guerras.

Impedem, assim, que seja construída uma solução pacífica e humanizante.

A prática do diálogo pressupõe consistente educação do ser humano. Trata-se de investimento a ser sempre mantido em favor de uma sociedade humanista, respeitosa e fraternal. As autoridades que desprezam a educação jamais cumprem o sagrado objetivo da paz humana. É o que sofre o continente africano.

Na verdade, a África era e continua sendo uma área das mais isoladas do planeta. Foi invadida, ocupada, colonizada e explorada por outros países, mormente da Europa. Sua população negra original continua sendo vítima da exploração abusiva nos países para os quais foram levados como escravos. É o que ocorre no Brasil, mesmo após a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888.

Na África do Sul, que esteve sob o domínio da Inglaterra e da Holanda, a escravidão foi marcante, dada a característica do apartheid como isolamento imposto aos negros e brancos daquela nação.

A biografia que mais se projeta nesse injusto e abusivo cenário é a do advogado Nelson Mandela.

Foi o sul-africano que mais lutou contra a escravidão e respectivo apartheid.

Dedicou-se de corpo e alma, sem violência nem agressão, à tentativa de pôr fim àquele regime social degradante que comandava seu país.

Foi detido e cumpriu pena de 27 anos de prisão.

Mesmo durante tão amargo período de vida, manteve-se engajado no movimento pela libertação da África do Sul. Tão logo deixou a prisão, seu mérito manteve-se à tona. Recebeu Prêmio Nobel da Paz, foi eleito o primeiro presidente da República da África do Sul e é hoje considerado o mais valioso líder da nação sul-africana.

Os cenários acima descritos são de selvageria arrasadora, embora não sejam os únicos. Muitos outros possuem a mesma e desumana dimensão.

Torna-se evidente que a educação de qualidade para todos os povos do planeta é a sólida iniciativa capaz de converter os impulsos animais da espécie Homo sapiens na alma humana que lhe cabe possuir, cultivar e propagar.

Só assim a humanidade poderá superar os desafios que lhe são **impostos**, entre os quais educação qualificada, eliminação da guerra e respectivas armas, construção da paz eterna, respeito ao próximo, igualdade de direitos, fim da fome, diálogo construtivo e na dimensão que merece, trabalho igualitário para todos, desconstrução de linguagem agressiva, investir na saúde e educação da infância para bem revelar o seu potencial cognitivo.

Justiça decreta falência da Itapemirim



O Tribunal de Justiça de São Paulo decretou ontem a falência do Grupo Itapemirim, empresa de transporte rodoviário e aéreo. A recuperação judicial ocorria desde 2016 e as dívidas somam R\$ 200 milhões e mais R\$ 2 bilhões em despesas pendentes com **impostos** e Previdência. O grupo já foi considerado um dos maiores do país no ramo de viagens intermunicipais de ônibus.

A decisão é do juiz João de Oliveira Rodrigues, da 1ª Vara de Recuperação Judicial de São Paulo.

Ele também indisponibilizou os bens de Sidnei Piva de Jesus, dono da empresa, por entender que a Piva Consulting, outra companhia dele, teria gerado "confusão patrimonial", ou seja, teria misturado os rendimentos das duas pessoas jurídicas.

A Itapemirim foi fundada por Camilo Cola, ex-praça da FAB (Força Aérea Brasileira). Depois, foi vendida por R\$ 1 para Sidnei Piva de Jesus, já em processo de recuperação judicial.

Em 2021, a companhia passou a oferecer transporte aéreo, mas a operação durou apenas seis meses, deixando milhares de passageiros sem viajar nas festas de fim de ano e gerando diversas reclamações em órgãos de defesa do consumidor e também uma série de ações judiciais.

Na decisão, o juiz também autorizou um contrato de massa falida com a transportadora Suzano, que, por pelo menos um ano, vai assumir os serviços oferecidos pelo grupo. A reportagem tentou contato com a Itapemirim, sem resposta.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/09/2022/p1>

BC mantém taxa Selic em 13,75% e interrompe o mais longo ciclo de alta dos juros

Nathalia Garcia

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu manter nesta quarta-feira (21) a taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, interrompendo o seu mais longo ciclo de aperto monetário.

O colegiado do BC indicou também que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

"O comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da **inflação**", afirmou.

A decisão não foi unânime. A diretora de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado, e o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, votaram por uma alta residual de 0,25 ponto percentual na Selic.

A taxa básica de juros, que partiu de seu piso histórico -2% ao ano-, chega ao fim do ciclo no mais alto patamar em quase seis anos. De outubro a novembro de 2016, durante o governo de Michel **Temer** (MDB), a taxa de juros estava fixada em 14% ao ano.

Ao todo, foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto deste ano, com elevação acumulada de 11,75 pontos percentuais.

O atual choque de juros é também o mais forte desde a adoção do regime de metas para **inflação**, em 1999. Na época, a taxa básica saltou de 25% para 45% ao ano.

Com a decisão desta quarta, o Brasil ocupa a posição de país com a maior taxa real de juros ao ano, descontada a projeção de **inflação** para os próximos 12 meses, segundo o ranking elaborado pelo portal MoneYou e pela gestora Infinity Asset Management. A lista tem 40 países.

Até fevereiro deste ano, o Brasil estava no topo do ranking, mas foi ultrapassado pela Rússia em março, após o forte aumento de juros no país em meio à Guerra da Ucrânia. Em maio, quando o banco central russo cortou a taxa de 20% para 14% ao ano, o Brasil voltou ao topo da lista.

Mauricio Orenge, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, classificou a decisão do BC como uma "parada hawkish", ou seja, acompanhada de um discurso mais duro, mas disse ver a manutenção da Selic no atual patamar como o cenário mais provável.

"Exceto por um choque muito grande, que pode ser [no preço das] commodities, por exemplo, eu tendo a acreditar que a resposta do BC vai ser manter o juro parado por muito tempo", disse.

Para Rafael Cardoso, economista-chefe da Daycoval Asset, a indicação do BC de que não tem certeza de que o próximo movimento é de queda dos juros é o ponto mais relevante do **comunicado**. Ele também destaca a divergência entre os membros do colegiado com viés de alta, o que não ocorria desde 2016.

Na avaliação do especialista, o BC deu um "passo além" em direção a uma mensagem mais incisiva.

A decisão do Copom veio em linha com a expectativa majoritária do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a maioria dos analistas esperava que a Selic fosse mantida em 13,75%, enquanto uma parcela menor projetava um ajuste residual de 0,25 ponto percentual.

Desde o encontro anterior do colegiado, em agosto, as projeções de **inflação** arrefeceram tanto para este ano quanto para o próximo. No período, também houve queda no preço do barril de petróleo no mercado internacional.

No cenário de referência do Copom, as projeções de **inflação** caíram de 6,8% para 5,8% neste ano e se mantiveram em 4,6% para 2023. Para 2024, o colegiado elevou a previsão de 2,7% para 2,8% (ainda abaixo do centro da meta, de 3%). Em seu panorama,

adotou a hipótese de bandeira tarifária verde em dezembro deste ano.

"O comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", disse.

O BC vê fatores de risco para a **inflação**. Entre as condições que puxariam os preços para cima, o Copom destacou a persistência das pressões inflacionárias globais, a incerteza sobre a situação fiscal do país e a pressão vinda do mercado de trabalho.

Na direção contrária, indicou a queda adicional dos preços das commodities internacionais, uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada e a manutenção dos cortes de **impostos** projetados para serem revertidos em 2023.

Apesar das revisões recentes da **inflação** para baixo, as projeções continuam distantes das metas perseguidas pelos BC para 2022 e 2023 -fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,5% e 3,25%, respectivamente, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O objetivo deste ano já foi abandonado pela autoridade monetária, que disse no último relatório trimestral de **inflação**, em junho, ver 100% de risco de estouro da meta em 2022. Dada a defasagem dos efeitos da alta de juros na economia, o colegiado toma sua decisão buscando a convergência da **inflação** "para o redor da meta" no ano que vem e, em menor grau, em 2024.

Nas últimas semanas, as estimativas do mercado para a **inflação** de 2024 começaram a se deteriorar e avançaram para 3,5%, ante 3,3% na reunião anterior do Copom, se afastando de forma precoce do centro da meta (3%).

O Copom volta a se reunir nos dias 25 e 26 de outubro, às vésperas de um eventual segundo turno das eleições.

Investimentos em renda fixa permanecem atrativos

FOLHAINVEST

Clayton Castelani

Investimentos em renda fixa permanecem entregando rendimentos elevados, mesmo com a manutenção dos juros básicos da economia. A perspectiva de desaceleração da **inflação** do país é o que amplia a vantagem dessas aplicações, mostram estimativas do

buscador financeiro Yubb.

Debêntures incentivadas e as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) oferecem os melhores retornos, de acordo com o levantamento.

Além de favorecidos pelos juros elevados e perspectiva de queda da **inflação**, essas aplicações possuem isenção do IR (Imposto de Renda).

Diferentemente de levantamentos anteriores, nenhuma aplicação de renda fixa mapeada pelo Yubb oferece rendimento negativo, ou seja, inferior à expectativa de **inflação**.

Isso inclui CDBs oferecidos por grandes bancos e até mesmo a poupança. Investimento mais popular do país, a caderneta entregava em agosto um retorno negativo de 0,91%, segundo o levantamento anterior do Yubb.

A remuneração é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da caderneta equivale a 70% da Selic.

Na comparação entre os investimentos, o Yubb considerou a nova taxa de juros, as regras de cada aplicação e descontou a **inflação** estimada de 6% para este ano pela pesquisa Focus do Banco Central da segunda-feira (19), além de aplicar o IR nos casos em que há tributação.

Em agosto, a expectativa para a **inflação** era de 7,15%, também de acordo com a pesquisa do Banco Central.

Quando comparada à renda variável, apenas a caderneta de poupança tem rendimento bruto inferior ao entregue pelo principal índice de ações do país, o Ibovespa, que sobe 6,79% neste ano.

"Com a taxa Selic permanecendo alta para fias de controle inflacionário, seguindo a linha de outros bancos centrais ao redor do mundo, continuamos a ver bastante atratividade por parte de investimentos em renda fixa", comentou Bernardo Pascowitch, fundador do Yubb. "É importante que os investidores aproveitem o momento atual para diversificação" disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50042>

Taxa básica de juros (Selic)

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Projeto de loterias para saúde e turismo vira lei

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou nesta quarta (21) projeto de lei que autoriza o governo federal a criar as loterias de saúde e de turismo e abre a possibilidade de que esses novos jogos sejam explorados pela iniciativa privada.

O projeto foi aprovado no Congresso em agosto, com objetivo inicial de gerar receitas adicionais para os setores da saúde e do turismo.

Descontados prêmios e **tributos**, os recursos restantes serão destinados para o Fundo Nacional de Saúde e para a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo).

Renato Machado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

42

Gripe em SP acende alerta e faz crescer procura por hospitais

Stefhanie Piovezan

O aumento do número de casos de gripe no estado de São Paulo refletiu nos corredores de prontos-socorros, acendendo um alerta para a possibilidade de novo surto no país.

Nos hospitais infantis Sabará, Darcy Vargas e Cândido Fontoura, na capital paulista, a alta na procura por atendimento foi de 20%. O crescimento se repetiu nas unidades pediátricas do Hospital Albert Einstein e da rede NotreDame Intermédica, que também fica na cidade.

Segundo Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe, iniciativa conduzida pela Fiocruz para monitoramento de casos de SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave) no país, cerca de 20% dos exames laboratoriais realizados nas últimas quatro semanas em casos de SRAG no estado de São Paulo tiveram resultado positivo para influenza, um aumento, segundo ele, incomum nesta época do ano.

Neste momento, os casos estão mais concentrados em crianças e na capital, mas podem se espalhar para outras faixas etárias e regiões.

"Qualquer vírus respiratório que começa a circular com maior intensidade em São Paulo pode se espalhar para outras capitais porque o fluxo de pessoas é muito grande. Serve de sentinela para o restante do país. Se São Paulo já está começando, é bom mantermos o alerta para não perdermos oportunidade de ação", diz Gomes.

No país, entre os casos de SRAG notificados entre 21 de agosto e 17 de setembro, 9,7% apontaram influenza A, 0,8%, influenza B; 8,6%, vírus sincicial respiratório e 55,8%, Sars-CoV-2.

No boletim InfoGripe anterior, que abrange o período de 14 de agosto a 10 de setembro, esses números eram respectivamente 5,9%, 0,4%, 6,7% e 63%.

Pesquisadores aguardavam que o vírus se manifestasse com mais força no final do primeiro semestre, porém não foi o que aconteceu. À época, os casos associados à gripe começaram a subir, mas logo os de Covid voltaram a crescer e dominaram o cenário.

Pouco depois, com o término das férias escolares, muitas crianças ficaram doentes, mas a influenza não foi identificada como vírus dominante, o que começou a mudar nas últimas semanas. "Começamos a observar, principalmente na capital paulista, um novo crescimento, com resultados laboratoriais positivos para influenza A, principalmente H3N2", afirma Gomes.

Segundo o pesquisador, ainda não há um motivo claro para a quebra da sazonalidade da influenza. O uso de máscara e o distanciamento social **impostos** pela pandemia de Covid-19 diminuíram drasticamente a circulação de vírus respiratórios, mas, desde que esses cuidados foram reduzidos os vírus, parecem circular de forma diferente.

"Se pensarmos no final de novembro, começo de dezembro do ano passado, havia uma variável comportamental muito forte: foi quando começamos a circular e a nos expor mais. O vírus H3N2 que estava ali esperando veio e tivemos um surto de gripe fora de época. Neste ano, já não temos uma mudança de comportamento", acrescenta ele.

Uma hipótese é que os vírus competiriam entre si e que a maior circulação de Sars-CoV-2 em determinados momentos poderia gerar uma espécie de barreira para outros vírus respiratórios, porém ainda são necessários estudos que demonstrem esse efeito. "O fato é que, sim, a sazonalidade da gripe foi quebrada. Se ela vai voltar, é algo que o tempo vai dizer", diz Gomes.

O aumento de casos fora de época preocupa porque o início da primavera é um período tradicionalmente associado ao aumento de problemas respiratórios em crianças. "Geralmente, temos dois períodos mais críticos no ano: de março a junho e depois em outubro. Porém, estamos observando uma alta demanda desde agosto do ano passado", conta Thales Araújo, gerente médico do pronto-socorro do Sabará.

Araújo relata que, principalmente nos últimos cinco dias, houve um aumento de crianças que chegam com congestão nasal e febre alta e que testam positivo para o influenza.

A alta também foi observada nos prontos-socorros dos

hospitais Darcy Vargas e Cândido Fontoura, referências estaduais para atendimento pediátrico. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, os principais diagnósticos são de casos gripais, envolvendo basicamente febre, tosse, coriza, dor de garganta e chiado no peito.

De acordo com a pasta, com a redução e oscilação das temperaturas desta época do ano, é comum o aumento de hospitalizações de crianças por SRAG.

No caso do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, referência no atendimento de crianças e adolescentes na capital paulista, 40% da procura por atendimento está associada a sintomas respiratórios, que podem estar relacionados a alergias e vírus. Não houve, contudo, aumento no fluxo de pacientes nas últimas semanas.

Gomes e Araújo ressaltam a importância da vacinação, ainda mais em momentos como este. No fim de junho, a cobertura vacinal contra gripe na capital estava em 55%, bem abaixo da meta de 90%.

"Em novembro de 2021, a vacina não era compatível com a cepa do H3N2 que acabou circulando. A vacina contra gripe deste ano contempla a cepa do H3N2 que está em circulação, mas vimos que a adesão foi muito baixa. A vacinação reduz o risco de casos graves por influenza", afirma Gomes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

42

Sistema Único de Saúde. Será que falta um "S"? (Artigo)

Ben Hur Ferraz Neto

Concebido por meio da Lei n.º 8.080 de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) nasceu da Constituinte de 1988, que pelo seu artigo 196 descreve: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Além disso, o SUS tem outras responsabilidades: vigilância sanitária, saneamento, segurança do trabalho e da saúde do trabalhador, desenvolvimento científico e tecnológico, regular e fiscalizar alimentos, estabelecimentos de saúde, equipamentos, medicações, bem como definir padrões para garantir a proteção à saúde. Simplesmente, o sonho de qualquer país e de uma sociedade no que se refere a saúde.

Alguns princípios doutrinários do SUS devem ser ressaltados em qualquer discussão sobre o assunto. São eles: a universalidade, a equidade e a integralidade.

O primeiro se refere ao direito à saúde como direito à cidadania para todos os brasileiros, promovido por meio de políticas públicas e igualdade de acesso; o segundo pontua a justiça social com a finalidade de reduzir a desigualdade entre os diferentes; e, por fim, o terceiro se direciona à promoção da saúde propriamente dita, ou seja, tratar as pessoas como um todo (prevenção, tratamento e reabilitação).

A questão sempre foi e será: como fazer tudo isso parte de uma política pública de saúde clara, transparente e sustentável?

A responsabilidade de um país promover um sistema público de saúde para toda a sua população é enorme, principalmente no Brasil, com mais de 213 milhões de habitantes, dos quais mais de 75% dependem exclusivamente dele. Para que isso seja viável, três maiores desafios devem ser enfrentados e divididos com a sociedade no dia a dia. São eles: o acesso, a oferta dos serviços e o financiamento do sistema, que prefiro chamar de sustentabilidade.

O SUS é um sistema em constante desenvolvimento e aprimoramento, política pública fundamental para uma

sociedade como a nossa, com desigualdades evidentes e injustiça social explícita. Podemos ressaltar algumas ações de sucesso do SUS que se transformaram em exemplos mundiais: o enfrentamento ao HIV desde o início da aids, o Sistema Nacional de Transplantes, o Programa Nacional de Imunização e Programas de Saúde da Família. E não podemos esquecer, mesmo com todas as dificuldades, o recente enfrentamento da pandemia.

Embora tenhamos bons exemplos, ainda lidamos com falhas básicas do sistema que deixam milhões de brasileiros desassistidos para adequados diagnósticos, exames, terapêuticas clínicas, procedimentos cirúrgicos, internações, sem falar na falta de programas eficientes de prevenção de doenças crônicas que acabam por sugar os recursos após se instalarem com suas graves consequências tardias.

No entanto, um dos maiores problemas do SUS é semântico.

Quando interpretamos o SUS como um sistema de saúde para 213 milhões de habitantes que tem o "dever de dar tudo a todos", inviabilizamos a eficiência do programa.

Não há em qualquer país do mundo, do tamanho que for, a possibilidade de oferecer tudo, de maneira ilimitada, a todos.

Não existe recurso (seja ele econômico, de infraestrutura, de matéria-prima ou recursos humanos) que seja infinito, especialmente quando o assunto é política pública de saúde.

Não há dúvidas de que cada cidadão merece o melhor tratamento existente no mundo para sua enfermidade, mas, tratando-se de saúde pública, temos o dever de oferecer o melhor para o maior número de pessoas. Lidamos com princípios e com limitações, falamos de justiça e de utilidade, pensamos no indivíduo, mas temos de priorizar a sociedade. Não podemos "garantir" tudo para todos e oferecermos tudo para poucos e pouco para muitos.

Esse não é o conceito do SUS!

Mesmo com exemplos já mencionados acima, o SUS não pode mais se orgulhar de ser o maior sistema

público de saúde do mundo, mas, sim, de se transformar no mais inclusivo e eficiente programa público de saúde existente.

Muitos são aqueles que se vangloriam de que o SUS é gratuito, o que não é uma verdade.

O SUS é pago pelos **impostos** cobrados de cada um de nós e que deveriam ser devolvidos em benefícios por meio da prestação de contas de cada centavo arrecadado.

Para o real cumprimento dos princípios doutrinários do SUS, há necessidade de escolhas, de prioridades, de políticas de Estado, e não de governo, de coragem e de transparência, para que cada cidadão acredite que estará recebendo o melhor tratamento possível, de forma responsável para sustentabilidade e conseqüente melhoria de um sistema perene, que venha a oferecer qualidade e eficiência ao atendimento de nossos filhos e netos.

O Sistema Único de Saúde é um dos maiores patrimônios conquistados pela sociedade brasileira e precisa ser tratado como tal. Não há tolerância para desvios de verbas, má gestão e falta de dados para avaliarmos seus resultados. Precisamos de um SUS que, além de universal, equânime e integral, seja sustentável. Será que falta um S?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump é processado em Nova York por fraudar bancos, seguradoras e sonegar imposto

A procuradora do Estado de Nova York, Laetitia James, anunciou ontem que abriu um processo contra o ex-presidente Donald Trump por fraudes cometidas por meio de sua empresa, a Organização Trump. Ele teria alterado, para mais e para menos, o valor de seus ativos para obter empréstimos, reduzir **impostos** e conseguir melhores compensações de seguradoras.

A ação também envolve os três filhos mais velhos do ex-presidente: Donald Jr., Ivanka e Eric. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reformas são prioridade para crescimento com justiça social

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Reformas são prioridade para crescimento com justiça social

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

Economistas destacam tom duro do Copom

Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336

Brasil segue com o maior juro real entre 40 economias

Eduardo Cucolo são paulo

42

O Brasil é o país com a maior taxa real de juros ao ano, descontada a projeção de **inflação** para os próximos 12 meses, segundo o ranking elaborado pelo portal MoneYou e pela gestora Infinity Asset Management. A lista tem 40 países.

O país esteve no topo do ranking até fevereiro, mas foi ultrapassado pela Rússia em março, após o forte aumento de juros com a invasão da Ucrânia. Em maio, quando o banco central russo cortou a taxa de 20% para 14%, o Brasil voltou ao topo da lista.

O atual patamar de juro real é considerado significativamente contracionista para a atividade econômica no Brasil, onde a taxa de equilíbrio é estimada em torno de 4,5%.

Nesta quarta (21), o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve a taxa básica Selic em 13,75% ao ano, o que ajuda a consolidar a posição. Espera-se que os juros só voltem a cair no segundo semestre de 2023, o que deve manter o país na liderança do ranking nos próximos meses.

O segundo colocado no ranking é o México (juro real de 5,13% ao ano), seguido por Colômbia (3,86%), Chile (3,38%), Indonésia (2,62%), Hungria (2,13%) e Argentina (2,01%). São 13 países com juro real positivo na lista e 27 com taxas negativas.

Nos Estados Unidos, que elevaram sua taxa básica nesta quarta para um teto de 3,25% ao ano, o juro real está em -1,32% ao ano.

Os argentinos têm o maior juro nominal do ranking (75% ao ano). O Brasil tem o segundo maior, seguido por Turquia (13%), Hungria (11,75%) e Chile (10,75%), que completam o clube dos dois dígitos de taxa básica.

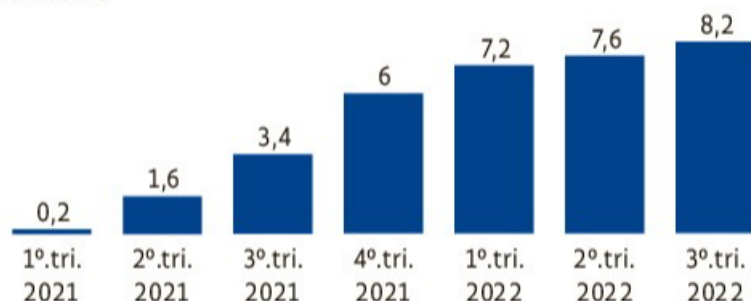
"O movimento global de políticas de aperto monetário continuou a ganhar força (...) mesmo com a queda do preço de commodities", diz o levantamento. Entre 40 países, 17,5% mantiveram suas taxas, 77,5% subiram e 5% cortaram desde agosto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

Evolução da taxa real de juros desde o ano passado*

Em % ao ano



* A taxa real é o juro nominal prefixado de um ano deflacionado pelas expectativas de inflação do Focus para 12 meses à frente

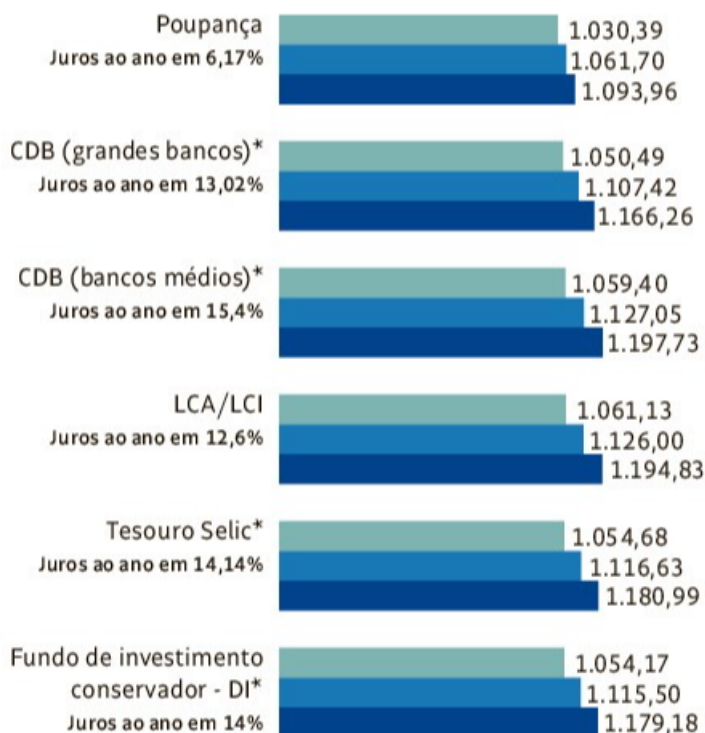
Fonte: MCM Consultores

Quanto rendem R\$ 1.000 com a Selic a 14% ao ano

Os valores mostram o resultado líquido após o desconto do Imposto de Renda (se houver), sem considerar a inflação

Em R\$

- 6 meses de aplicação
- 12 meses de aplicação
- 18 meses de aplicação



*Investimentos com incidência de IR sobre o rendimento. As alíquotas variam conforme o período da aplicação, sendo de 15% (36 meses), 17,5% (12 e 18 meses) e 20% (6 meses)
Fonte: Anefac

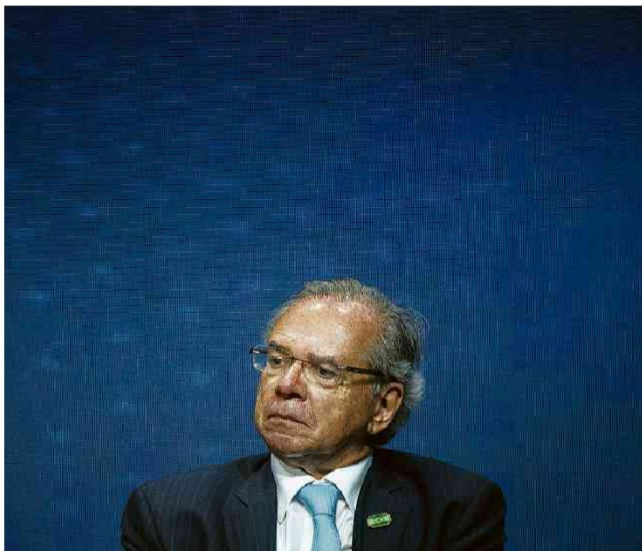
Brasil tem maior juro real entre 40 economias

Taxas de juros atuais, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, em %



Fontes: MoneYou e Infinity Asset Management

33 milhões com fome é mentira, diz Guedes



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Zanone Fraissat - 23.ago.22/Folhapress

Fernanda Brigatti

Na avaliação do ministro Paulo Guedes (Economia) é impossível que o Brasil tenha 33 milhões de pessoas passando fome. Nesta quarta-feira (21), ele disse considerar que o dado é falso, em evento do setor automotivo em São Paulo.

Guedes defendeu que, na comparação com outras grandes economias, o desempenho brasileiro está melhor. "Isso são fatos econômicos, não adianta. A tática política é de barulho: 33 milhões de pessoas passando fome. É mentira, é falso. Não são esses os números."

O ministro não disse, no entanto, quais seriam os números corretos, na avaliação dele. O dado questionado por Guedes consta no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, que aponta a existência de 33,1 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar grave, quando não há garantia de acesso à alimentação em quantidade suficiente.

Pesquisa Datafolha divulgada no início de agosto também mostrou que um em cada três brasileiros disse não ter comida suficiente em casa nos últimos meses. O percentual de pessoas com comida insuficiente passou de 26% em maio para 33% em julho.

"O consumo dos mais frágeis está garantido com a transferência de renda. Por isso, é impossível que tenha 33 milhões de pessoas passando fome. Elas

estão recebendo três vezes mais do que recebiam antes. E mesmo que tenha tido **inflação** e aumento de preço, não multiplicou por três, então o poder de compra está mais do que preservado", afirmou.

Ele disse ainda que as políticas atuais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, correspondem a 1,5% do **PIB**. Segundo Guedes, antes, esse percentual era de 0,4%.

"Nós estamos transferindo três vezes mais recursos para os frágeis", completou.

O ministro também disse que o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza vem caindo no Brasil, enquanto cresce no resto do mundo.

A afirmação é similar às conclusões de um estudo publicado pelo presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Erik Alencar de Figueiredo, em agosto. A publicação, criticada por servidores do órgão e por especialistas, defende que um aumento no número de brasileiros com fome deveria ter resultado em um "choque expressivo" no aumento de internações por doenças decorrentes da desnutrição. Figueiredo foi subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia.

Em julho, quando o governo negociou a aprovação de uma emenda constitucional para abrir espaço no Orçamento e pagar o aumento de R\$ 200 no Auxílio Brasil, Guedes defendeu a medida, que era apontada como eleitoreira. Na ocasião, ele entendia que havia gente com fome.

"Se há fome no Brasil, se as pessoas estão cozinhando à lenha, esse programa não é eleitoreiro. Ou ele é eleitoreiro e não tinha ninguém passando fome", disse, na época.

Segundo Guedes, com reformas, marcos regulatórios e um plano de reindustrialização, o Brasil tem um "crescimento contratado" para os próximos anos.

Guedes também voltou a criticar projeções que ele considera ruins sobre o crescimento do Brasil para os próximos anos, como já havia feito nesta semana, em entrevista à rádio Guaíba.

Mais de uma vez, disse que essas previsões são "militância política" e que apostam em "rolagem de desgraça". Segundo o ministro, parte dos erros deve-se ao que ele chamou de modelo econômico antigo,

quando o crescimento dependia de investimentos públicos.

"O eixo da economia mudou e agora está voltado para o investimento privado", afirmou. "Apesar do investimento público colapsar para quase zero, os investimentos privados estão chegando a quase 19% do **PIB**. Isso garante uma taxa de crescimento mais forte. Esse é o crescimento estrutural, orgânico, contratado."

Segundo Guedes, em 2022 o Brasil ainda está crescendo menos devido aos juros altos, necessários para combater a **inflação**. O Copom (Comitê de Política Monetária) se reúne nesta quarta e a expectativa do mercado é que o ciclo de aperto seja interrompido e que a Selic (taxa básica de juros da economia) seja mantida nos atuais 13,75% ao ano.

Com a expectativa de queda da **inflação** a partir do próximo ano, Paulo Guedes disse esperar que também os juros comecem a cair.

O ministro da Economia fez o discurso de encerramento da cerimônia de abertura de um congresso da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), no SP Expo, em São Paulo.

Como tem acontecido em outras agendas do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus ministros, Guedes embutiu em sua fala menções ao ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas, que é candidato ao governo de São Paulo nas eleições deste ano.

"Mesmo sem falar de política, vocês sabem que pode ser que ele vá fazer um novo trabalho extraordinário aí em outro lugar", afirmou. Foi aplaudido na sequência.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

42

Pobreza no Brasil pode ser agravada por crise climática



Um relatório publicado recentemente pelo Banco Mundial avalia, em profundidade, a situação da pobreza e da desigualdade no Brasil. Uma vez que diversas políticas de recuperação pós-pandemia continuam a tomar forma, vale a pena compartilhar algumas conclusões do relatório.

As taxas de pobreza no Brasil variaram significativamente nos últimos dois anos. Em 2020, o país vivenciou a pior recessão de sua história. Apesar disso e do fato de os pobres e vulneráveis terem perdido mais renda que o restante da população durante a pandemia, o Brasil também observou - paradoxalmente - uma queda em seus índices de pobreza, principalmente graças ao auxílio emergencial.

O Brasil foi o único país da região da América Latina e do Caribe a observar tal fenômeno. No entanto, as estimativas para 2021 indicam um novo aumento da pobreza, que, segundo projeções, deve atingir níveis superiores àqueles observados antes da pandemia devido à eliminação progressiva do auxílio, à **inflação** mais alta e à lenta recuperação do mercado de trabalho.

Isso não é uma surpresa, pois os determinantes fundamentais da pobreza não sofreram grandes alterações nos últimos anos. Além disso, como destacam recentes debates sobre insegurança alimentar, devem ser considerados outros fatores além da pobreza monetária.

A evolução dos indicadores não monetários de privação das famílias conta uma história mais robusta e preocupante. É amplamente reconhecido o fato de a capacidade das famílias de sair da pobreza depender de vários fatores, entre os quais os bens de que dispõe, inclusive o capital humano; e sua capacidade de usá-los, o que se traduz na acessibilidade a serviços públicos e a mercados de trabalho, de crédito e outros.

Ao ampliar essa visão sobre privações, o relatório demonstra que cerca de 20% dos brasileiros sofrem de pobreza crônica: eles não apenas ganham menos que o mínimo necessário para cobrir suas despesas básicas, mas também passam por privações em outras dimensões.

Suas moradias são construídas com materiais de baixa qualidade e costumam ser superlotadas; o chefe de família tem baixa escolaridade ou um emprego sem licença médica remunerada; ou lhes falta acesso a serviços básicos. Devido ao fato de essas famílias sofrerem privações em múltiplas dimensões, o apoio por meio de transferências de renda não é suficiente para que elas alcancem um desenvolvimento econômico sustentável. Os brasileiros pretos e pardos têm acesso a menos oportunidades que o restante da população. Além disso, eles sempre foram (e ainda são) sobrerrepresentados entre as famílias de renda mais baixa. A limitada mobilidade social no Brasil é um dos fatores por trás desse problema histórico persistente. Os adultos negros pobres do país atingem, em média, 7 anos de escolaridade; os afro-brasileiros não pobres, 8,9 anos; e os brasileiros não pobres, 9,6 anos.

Houve avanços, mas eles foram desiguais. Uma comparação intergeracional revela que cerca de 15% dos jovens negros brasileiros concluíram uma graduação ou pós-graduação - mais que o dobro da taxa de 6% de seus pais. Para a população brasileira como um todo, no entanto, essas médias são de 22% e 10%, respectivamente. Ao longo das próximas três gerações, 40% dos brasileiros provavelmente terão concluído o ensino superior, em comparação com uma estimativa de 29,5% para os afro-brasileiros.

Outras lacunas também são preocupantes. Trabalhadores negros parecem receber um salário

menor quando comparadas situações semelhantes. Além disso, 49% dos afro-brasileiros pobres possuem um imóvel escriturado e 72% têm acesso à internet, ao passo que, entre a população geral, essas porcentagens são de 61% e 84%, respectivamente.

O bem-estar dos povos indígenas continua a ser considerado um ponto cego estatístico, mas os registros administrativos do Cadastro Único evidenciam suas profundas fragilidades.

Além das altas taxas estimadas de pobreza, cerca de 28% dos indígenas e 8% dos quilombolas não têm acesso à eletricidade; cerca de 51% dos domicílios indígenas e 42% dos domicílios quilombolas não têm abastecimento de água; e uma parcela significativa de suas moradias é construída com materiais inadequados. Apesar das melhorias alcançadas nas últimas décadas, 42% e 49% das famílias indígenas e quilombolas, respectivamente, inscritas no Cadastro Único não concluíram o ensino fundamental.

Há muitas evidências de que os desastres naturais estão afetando os brasileiros. No ano passado, houve enchentes na região amazônica, no sul da Bahia e no norte de Minas Gerais, ao passo que os reservatórios das hidrelétricas do Centro-Oeste e do Sudeste ficaram abaixo de 20% de sua capacidade.

As vulnerabilidades ambientais -definidas, em sua maioria, pelo perigo das manifestações relacionadas às mudanças climáticas e pela exposição a elas- são uma realidade para todos: não são exclusividade das regiões mais pobres do país, sendo também observadas com frequência nos grandes centros urbanos.

Entre os municípios com mais de 250 mil habitantes, 22 são ambientalmente vulneráveis, inclusive São Paulo. Ao todo, cerca de 45,4 milhões de brasileiros podem ser classificados como habitantes de municípios de alto risco ambiental. Por fim, cerca de 9% da população vive em municípios vulneráveis tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental.

O relatório conclui que é necessária uma visão ampla e renovada para garantir aos grupos populacionais mais vulneráveis uma vida decente no futuro. No curto prazo, as prioridades das políticas públicas devem se concentrar na proteção dessas populações contra a erosão (ou esgotamento) de ativos. As políticas devem se concentrar nos impactos diretos da pandemia: proteger o capital humano das crianças e ajudar a população a retornar ao trabalho.

No longo prazo, devem ser envidados esforços para desenvolver e promover a acumulação de ativos para a base mais ampla possível. Para solucionar o

problema da vulnerabilidade dos afro-brasileiros, é necessária uma ênfase maior nas lacunas de acesso a serviços e oportunidades. São necessários investimentos em capital humano para aumentar a produtividade da força de trabalho -tanto no presente quanto no futuro.

O Brasil tem muito a comemorar no décimo aniversário da Lei de Cotas. Contudo, o país precisa acelerar o ritmo da convergência e oferecer apoio complementar para que esses grupos também se beneficiem de uma educação de qualidade antes de chegarem ao ensino superior. É necessário um forte impulso para apoiar a transformação econômica estrutural que está ocorrendo no Brasil.

Além disso, são necessários investimentos em infraestrutura e acesso a ativos produtivos para melhor conectar e proteger as populações vulneráveis, de forma a permitir que o Brasil possa progredir rumo a um crescimento inclusivo e resiliente.

Colaborou Gabriel Lara Ibarra, economista sênior do Banco Mundial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50042&anchor=6463829&pd=b4b46d0284a960c433ab20343f3755e7>

Raio-x da Covid mostra que país foi muito mal em evitar mortes

Dois anos e meio depois de tomar o mundo de roldão, o vírus da Covid-19 vai se enfraquecendo graças a uma combinação de vacinas e imunidade de grupo, e a vida vai, ao menos em alguma medida, voltando ao normal. Mas lembrar e documentar é importante, pois a memória é volúvel e, em época de eleição, mentiras e verdades se misturam com uma facilidade inacreditável.

Afinal, como se saiu o Brasil durante a pandemia?

A estatística comumente empregada para responder a essa pergunta é a quantidade de pessoas mortas por Covid-19 a cada 1 milhão de habitantes - ou outra proporção, como mortes por 100 mil. Dados compilados pela Universidade Johns Hopkins nos colocam nas primeiras posições no quesito mortos por milhão de habitantes. Dos cerca de 130 países com mais de 2 milhões habitantes presentes na amostra, o Brasil aparece em 12o lugar.

No entanto essa medida nua e crua é problemática. O número de mortes por milhão no Brasil não difere muito do verificado na Itália. Mas, visto que a população de idosos lá (como proporção da total) é quase o dobro da brasileira, a comparação é torta e "injusta" com a Itália -a Covid-19 mata muito mais idosos do que jovens, independentemente da agilidade da resposta da política pública.

Para corrigir essa distorção, uma medida mais apropriada é o número de mortes esperadas para cada um dos países com base em sua estrutura etária. O Japão, por exemplo, testemunhou muito menos mortes do que sugeriria sua distribuição etária. Essa é uma medida do sucesso na resposta à pandemia.

Usando esse critério, o Brasil vai para a oitava posição, basicamente empatado com o Paraguai. Uma análise mais detalhada, incluindo também outras variáveis como população urbana e renda per capita pinta um quadro similar.

O país foi mais afetado pela Covid-19 1º que indicadores fora do controle do governo sugeririam ser o caso. A política pública, portanto, não foi boa.

E como nos saímos na vacinação? Relativamente bem, perto da média mundial, com pouco mais da

metade da população adulta tendo recebido três doses de acordo com os dados de setembro de 2022.

O problema aqui é a dinâmica temporal da vacinação. No começo do corrente ano, o total de pessoas com três doses no braço era relativamente baixo em comparação com outros países. A convergência para a média ocorreu, mas tardiamente.

Outra possibilidade é a de que o país, em média, se enclausurou menos, e teve assim mais mortes, mas com menores custos para a economia. Dados de PIB por habitante do Banco Mundial mostram que a retomada foi próxima à vista na média mundial. Em resumo, nos anos de pandemia, o Brasil foi bem ruim em termos de mortes por habitantes, e alcançou posição média em termos de desempenho econômico.

Esses são os dados. Podemos discutir as cau

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50042&anchor=6463829&pd=b4b46d0284a960c433ab20343f3755e7>

'Discussão sobre queda de juros é prematura'

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-23/5/2019



'Há pressão para gastos ou perda de receita', diz Senna

LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO

ENTREVISTA: José Júlio Senna

José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central (BC), avalia que ainda é cedo para discutir uma queda da taxa básica de juros no Brasil. Para ele, a incerteza fiscal com relação ao próximo ano pode até levar a um aumento da Selic. "Eu acho essa discussão muito prematura, e o **comunicado** (de ontem do BC) não toca nesse assunto acertadamente.

Não é para falar mesmo. É muito cedo", diz. "Há uma pressão muito grande para vários gastos ou perda de receitas, como a correção da tabela do Imposto de Renda, prorrogação dos R\$ 200 adicionais do Auxílio Brasil." Ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa de juros em 13,75% ao ano e interrompeu o maior ciclo de alta de juros em 23 anos.

A seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

Como o sr. avalia a decisão do BC em manter os juros?

Eu acho que a decisão foi corretíssima.

Agora, há um aspecto adicional do **comunicado** que precisa ser destacado. Essa história de parar de subir os juros (passa) a sensação em muitos de que o próximo movimento dos juros é para baixo, tanto que

na pesquisa Focus está previsto que a taxa Selic vai estar em 11,25% no ano que vem. Eu acho essa discussão muito prematura, e o **comunicado** (de ontem) não toca nesse assunto acertadamente. Não é para falar mesmo. É muito cedo.

Então, quais os riscos para a política monetária no próximo ano?

Tem muita discussão sobre despesas públicas que acabaram não sendo incluídas no Orçamento do ano que vem. Há uma pressão muito grande para vários gastos ou perdas de receitas, como a correção da tabela do Imposto de Renda, prorrogação dos R\$ 200 adicionais do Auxílio Brasil. Eu vejo uma discussão muito grande no seguinte sentido: 'Olha, vamos ter um waiver fiscal (liberdade para gastar sem respeitar regras) e, ao mesmo tempo, vamos discutir uma regra fiscal nova'. Se a sequência for essa, a situação vai ficar muito complicada para o ano que vem. E o BC vai ter de manter por muito mais tempo ou eventualmente até aumentar o patamar atual de juros. O correto seria primeiro discutir a regra, chegar a um consenso sobre o que a gente acha adequado em matéria de regra fiscal e aí tratar o waiver. Mas passar o carro na frente dos bois seria uma coisa muito ruim para a **inflação** e que pode prejudicar a política monetária.

E a decisão do Fed de subir os juros?

A reunião de hoje (ontem) reforça os sinais de que o Fed vem tentando dar, mas que não tinha conseguido dar plenamente.

Nos mercados financeiros norte-americanos, a gente vê que uma das características é o ceticismo com relação à disposição do Fed de ir até o fim e fazer o que precisa para trazer a **inflação** para meta.

Eu, pessoalmente, jamais tive dúvida.

Por quê?

A despeito de o Powell (Jerome Powell, presidente do Fed) não ter formação básica em economia, ele tem muita experiência de mercado financeiro. Está no Fed há muitos anos e se declara um estudioso do passado.

Ele, volta e meia, se refere aos episódios do passado dos quais o Fed atuou como um verdadeiro mão fraca, para usar uma expressão tradicional do mercado financeiro. O mão fraca é aquele que dá início ao processo de combate à **inflação**, mas, quando

aparecem os primeiros sinais de que o desemprego está aumentando e a atividade econômica está sofrendo, essa política é revertida.

O ponto é que o Powell estudou essa história toda, e ele sabe que uma política de stop and go só prejudica.

E até onde vão os juros nos EUA?

Não estou seguro de que uma taxa de desemprego de 4,4% (projetada pelo Fed) trará a **inflação** para 2,8%. Eu suspeito que vai precisar de mais (desemprego).

Vamos supor que o Fed não force a política monetária a ponto de produzir um desemprego superior a 4,4%. Neste caso, a **inflação** não vai ser de 2,8%. Agora, se, de fato, querem buscar uma **inflação** de 2,8% no ano que vem, eu acho que tem uma boa probabilidade de o desemprego (projetado) ser pouco. E isso nos leva para as projeções de juros. Em dezembro, deve chegar a 4,5%, no ponto superior da banda de juros. Para o ano que vem, o topo é 4,75%. Nesse caso, os juros precisariam subir mais.

Quais as consequências para a economia diante dessa nova sinalização do Fed?

A economia americana é a mais importante do planeta.

Então, a tabela (de projeção do Fed) não mostra uma recessão.

Mas, na própria entrevista (de ontem), Powell admite isso. Na medida que aconteça um quadro recessivo nos EUA, é indiscutível que isso acaba tendo repercussão sobre as demais economias do mundo, em alguns casos mais, em outros menos.

Há ainda um outro fator: ao subir os juros, o Fed acaba forçando outros países a fazerem a mesma coisa. E isso ajuda a derrubar a atividade econômica mundial.

E como fica o Brasil nesse contexto de juros altos e incerteza fiscal?

O Banco Central do Brasil foi muito rápido. Houve aumento expressivo na Selic em um curto espaço de tempo. No último trimestre do ano passado, o juro real era de 6% ao ano. Hoje, é de 8,20%. Então, eu acho que, no momento, dependendo do que de fato acontecer nos Estados Unidos, não há muito que se preocupar com isso. É como se tivesse uma folga.

Já está incorporado que o Fed vai fazer um aperto forte.

E um juro real de 8,20% é juro para ninguém botar defeito.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entenda os números que medem a falta de comida nos lares do país

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220922/page/30>

"Frente ampla" antevê um Lula mais liberal - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Pelo 30º mês, trabalhador fica sem ganho real de salário

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187336?page=1§ion=1